

ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, DO DIA VINTE E SEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E OITO -----

Aos vinte e seis dias do mês de Setembro de dois mil e oito, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA: -----

- 1. Expediente.-----**
- 2. Actas.-----**
- 3. Regimento da Assembleia Municipal – Alteração.-----**
- 4. Cuidados de Saúde no Município.-----**
- 5. Segurança Pública no Município.-----**
- 6. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----**
 - a) Derrama/ano de 2009;-----**
 - b) Fixação de Taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI);-----**
 - c) Participação variável no IRS – Fixação de Percentagem;-----**
 - d) Regulamento Municipal de Gestão dos Parques Empresariais do Município de Santiago do Cacém;-----**
 - e) Regulamento de Apoio para a Realização de Obras em Habitações de Indivíduos e Famílias em Situação de Comprovada Carência Económica;-----**
 - f) Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento de Água;-----**
 - g) Proposta de Alteração do Regulamento de utilização das Piscinas Municipais;**
 - h) Construção de habitação a custos controlados – Cedência de Lotes – Loteamento Municipal de São Domingos;-----**

7. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA.-----

Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os Membros: Sérgio Baptista Pereira Bento, Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Olímpia Lampreia Silva, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria de Lurdes Palminha Pereira Gomes, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António Gonçalves Pereira, José Augusto Sabino Diogo, José Élio Sucena, Sandra Maria Brás Coelho, Margarida Isabel de Matos Pereira, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, João Saraiva de Carvalho, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.-----

Não compareceram os membros: Carlos Manuel Pereira Dias, António João Isidoro, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Madeira dos Santos, Jaime Pires de Cáceres e Joaquim António Gonçalves.-----

Verificou-se ainda a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença e dos senhores Vereadores Margarida Santos, Álvaro Beijinha e Maria dos Anjos Polícia.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

O senhor Presidente deu conhecimento que os senhores José Joaquim Catalino dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Abela, e o senhor Joaquim António Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos, eram substituídos, na Sessão, pelos seus representantes legais, senhores Albano Mestre e Francisco Brissos, respectivamente.-----

-----**INCLUSÃO DE ASSUNTO NA ORDEM DO DIA** -----

Por solicitação do senhor Presidente da Câmara Municipal, o senhor Presidente submeteu à discussão a inclusão do seguinte assunto na ordem do dia: **i) Declaração de Interesse Público de todos os parques empresariais do Município de Santiago do Cacém.** -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, sugerindo a correcção dos fundamentos constantes na proposta relativa àquele assunto, porque revela alguma incongruência, tendo em conta que o Regulamento sobre aquela matéria ainda não está em vigor.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o assunto será revisto. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a proposta a votação.-----

A **proposta** foi aprovada, **por unanimidade.** -----

-----**EXCLUSÃO DE ASSUNTO CONSTANTE NA ORDEM DO DIA** -----

O senhor Presidente informou que a pedido do senhor Presidente da Câmara era retirada da Ordem do Dia a proposta da Câmara Municipal constante na alínea **g) Proposta de Alteração do Regulamento de utilização das Piscinas Municipais**, para reformulação.-----

-----**FREGUESIA DE ERMIDAS-SADO – ASSUNTOS VÁRIOS** -----

O senhor Alberto de Brito questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre as obras de saneamento básico e outras infraestruturas na **Rua nº 8**, da sede daquela Freguesia, no sentido de saber para quando está previsto o seu início. -----

Chamou a atenção para a **necessidade de limpeza dos contentores do lixo**, de onde emana um cheiro nauseabundo. -----

Referiu que a **EB2 de Ermidas**, precisa de ser pintada, e que é preciso intervir nos **arranjos exteriores** da mesma, onde faltam árvores e candeeiros. -----

Mais referiu que há quase dois anos que se arrasta o problema de **colocação de alguns pontos de luz** naquela Vila. -----

Referiu ainda que o **depósito de água precisa de ser limpo e pintado.**-----

Concluiu, referindo que **é necessário colocar lancil na Rua Luísa Maria** para impedir que a terra deslize para cima do pavimento. -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por se referir ao último assunto colocado, informando que a Câmara Municipal fez uma intervenção naquela Rua, antes das últimas Festas de Santa Maria, as quais não estavam previstas, e que, neste momento, não possível avançar com as **obras do lancil.**

Sobre os **pontos de luz** em falta, informou que a EDP não tem respondido com a rapidez necessária aos pedidos feitos pela Câmara Municipal, devido a problemas de gestão interna daquela empresa. -----

Relativamente à **limpeza dos contentores**, informou que há problemas com o camião que procede à lavagem daquele equipamento, pelo que, foi já pedido orçamento a uma empresa externa a fim de ser adjudicado aquele serviço. -----

Sobre as **obras na Rua 8**, informou que o processo de concurso público ainda não está em condições para ser lançado. -----

DEIXA-O-RESTO – ACIDENTES NA VIA PRINCIPAL -----

O senhor Jorge Pinela referiu que começam a ser frequentes os acidentes naquela via, alguns dos quais, em sua opinião, estão directamente relacionados com a localização do ecoponto, porque as pessoas quando estão a depositar o lixo ficam de costas para a passadeira e ao darem um passo atrás ficam dentro da via, expostas a acidentes. Acrescentou que esta situação deveria ser rapidamente revista.-----

Mais referiu que também na Cidade de Santiago do Cacém, na Rua de Lisboa, existe uma situação semelhante. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu admitir que a localização da bateria de contentores, em Deixa-o-Resto, possa contribuir para a situação dos acidentes, acrescentando que o assunto vai ser analisado. -----

Relativamente à Rua de Lisboa, considerou que se trata de uma situação diferente, porque existe a possibilidade de recorrer ao passeio. -----

O senhor Jorge Pinela referiu que associado ao risco da localização do ecoponto, em Deixa-o-Resto, está o excesso de velocidade naquela via principal, questionando se existe alguma previsão para a colocação de semáforos na mesma. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento que a empresa Estradas de Portugal informou que colocará aqueles semáforos até ao final do ano em curso. -----

Deu também conhecimento que a mesma situação se coloca na Mimoso, cujo processo estará mais atrasado. -----

FREGUESIA DE CERCAL DO ALENTEJO – SAUDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PELAS OBRAS REALIZADAS -----

O senhor António Albino saudou a Câmara Municipal pela instalação de semáforos, em Espadanal, acrescentando que falta a ligação eléctrica. -----

Referiu também a inauguração do parque empresarial do Cercal, acrescentando que são muitos os interessados nos lotes.-----

Referiu ainda o projecto da Rua Beja da Costa, naquela Vila, o qual já está concluído, considerando importante que se avance para a sua concretização no terreno. -----

Referiu igualmente a grande iniciativa cultural que teve a participação da Banda do Exército. -----

Por fim, saudou a Câmara Municipal pela cedência de terreno para instalação provisória da sede dos Escuteiros. -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por referir que o processo de **instalação dos semáforos, em Espadanal**, se arrastou durante cinco anos, acrescentando que a sua concretização dependia também das Estradas de Portugal. Mais informou que a Câmara Municipal assumiu o pagamento do consumo de energia para viabilizar a instalação daquele equipamento, e que vai diligenciar junto das EP para que a ligação eléctrica seja feita com a maior brevidade.---

Em relação ao **parque empresarial do Cercal**, informou que um grupo de técnicos municipais acompanharam vários interessados numa visita ao mesmo, acrescentando estar convencido de que aquele parque vai ter algum sucesso, tal como tem sucedido com outros parques empresariais no Município. -----

Sobre o **projecto de requalificação da Rua Beja da Costa**, considerou que se trata de uma obra importante naquela via, onde existe um grande fluxo de trânsito, o qual implica uma intervenção nas infraestruturas pluviais. -----

OBRAS EM ALVALADE -----

O senhor Joaquim Gamito saudou a Câmara Municipal pela construção de uma rotunda na entrada daquela Vila, onde se registaram alguns acidentes. -----

Mais referiu que no entroncamento, à entrada de S. Domingos, com a estrada para Vale de Água, também é preciso construir uma rotunda, porque aquele local oferece perigo para quem ali circula. -----

Referiu ainda que era importante que a Câmara Municipal prosseguisse com os trabalhos dos arranjos exteriores no centro daquela Vila. -----

SAUDAÇÃO À CGTP – INTERSINDICAL PELO SEU 38º ANIVERSÁRIO-----

Pelo senhor José Sucena, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de “SAUDAÇÃO: -----

Considerando: -----

- 1- Que os direitos laborais e os direitos sociais não são nem podem ser invocados como um obstáculo à produtividade e à competitividade da economia nacional; -
- 2- Que a política de baixos salários e de fragilização da conciliação da vida profissional com a vida familiar, que resultará da flexibilização dos horários de trabalho, também em nada irá beneficiar a convergência da economia portuguesa com as economias europeias;-----
- 3- Que o desequilíbrio das leis laborais em favor do patronato, facilitando os despedimentos, desregulando os horários de trabalho e dificultando a contratação colectiva, ofende a constituição da República Portuguesa; -----
- 4- Que a luta contra a precariedade no trabalho, contra as desigualdades, contra a injusta distribuição dos rendimentos e pela inclusão social, é legítima e justificada, pois resulta da angústia e do pessimismo dos trabalhadores quanto ao seu futuro e visa a justiça social e laboral; -----
- 5- Que o novo Código do Trabalho, se for aprovado tal como foi votado na generalidade, apenas com os votos do PS, mas não de todos os seus Deputados, não irá resolver nenhum problema da economia nacional, mas irá agravar a já muito debilitada condição dos trabalhadores Portugueses; -----
- 6- Que o essencial do deixado referido nos anteriores considerandos é acompanhado e assumido em várias declarações públicas e artigos de jornais por várias forças políticas, organizações sindicais e figuras políticas que vão desde o PCP e o PRV ao Bloco de Esquerda, passando, obviamente, pela CGTP – Intersindical Nacional, e pelos TSD – Trabalhadores Social – Democratas, até um antigo Presidente da República apoiado pelo PS e um actual Vice-Presidente da Assembleia da República, eleito Deputado pelo PS;-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária no dia 26 de Setembro de 2008, saúda a CGTP – Intersindical Nacional por ocasião do seu 38º aniversário, que festeja no próximo dia 01 de Outubro, e solidariza-se com o “Dia Nacional de Luta” que ocorre nesse mesmo dia e que tem por objectivo dar uma ainda

maior expressão política ao descontentamento, hoje transversal na sociedade portuguesa, pela grave situação laboral e social e alerta o Governo para a imperiosa necessidade de uma outra política que defenda os trabalhadores e os mais desfavorecidos e carenciados, baseada na defesa e desenvolvimento da produção nacional e numa justa distribuição dos rendimentos e impostos.” -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Alexandre Rosa, começando por se associar às congratulações pelo aniversário da CGTP.-----

Referiu que o Grupo Municipal do PS não acompanhava a análise crítica relativa ao Código de Trabalho constante naquela Saudação, por considerar que não sendo aquele um documento perfeito irá alterar positivamente as relações de trabalho. Acrescentou que se vive no Mundo uma situação complexa e difícil, resultante de políticas económicas erradas, baseadas num modelo falhado. Contudo, considerou que se está a viver um fim de ciclo, um tempo de mudança que poderá vir a ser uma janela de oportunidades, num quadro de grande convulsão internacional. -----

Mais referiu que não é verdade que o Código de Trabalho em discussão ponha em causa os direitos dos trabalhadores, dando como exemplo o facto da duração dos contratos a termo passarem dos actuais seis meses para três anos, considerando que se trata de uma medida de combate à precariedade, assim como o facto do mesmo combater os falsos recibos verdes, através da forma de pagamento à Segurança Social, que o trabalhador deixa de suportar sozinho, prevendo também um reforço das medidas de inspecção do trabalho. -----

Acrescentou que o que está na base da argumentação da CGTP-IN tem a ver com o banco de horas, que na opinião daquela Central Sindical poderá levar a que os trabalhadores tenham de fazer muitas horas seguidas, quando se trata de uma situação parecida com aquela que os trabalhadores da Auto Europa conseguiram negociar com a empresa, a qual consiste na redução de horas nos períodos de baixa de produção e no aumento de horas quando é necessário o seu incremento. Situação que, em sua opinião, é preferível aos despedimentos. Referiu também que o banco de horas não depende de um acordo individual, sendo obrigatória a negociação colectiva.-----

O senhor José Sucena referiu que o que apresentou foi uma Saudação à CGTP pelo dia de luta, na qual inseriu argumentos diversos e pluralistas, os quais são também defendidos por várias individualidades. Mais referiu que o importante é que tenha lugar uma grande manifestação no sentido de alertar o Governo para a situação cada vez mais degradada dos trabalhadores, a qual será ainda mais agravada se o Código de Trabalho em discussão for aprovado tal como está. -----

Mais referiu que, se o novo Código de Trabalho vai entrar em vigor no final de um ciclo de uma sistema económico errado, seria mais avisado que o mesmo fosse suspenso, para ser repensado em função de um novo modelo da economia. -----

Interveio o senhor Jorge Pinela, referindo que a situação económica não está boa nem para os trabalhadores nem para os patrões, sobretudo para as pequenas empresas, as quais são um grande suporte da economia do País, mas não tem forma de se defender, daí considerar importante que exista alguma flexibilidade.-----

O senhor Francisco Roque considerou que o acordo na Auto Europa pode ser dado como exemplo, sobretudo pela abertura na discussão para atingir objectivos comuns. Acrescentou que é importante que os trabalhadores integrem o processo de negociação mesmo que não exista uma obrigação legal para o fazer, porque se os trabalhadores não tiverem capacidade de negociação as medidas acabam por lhes ser impostas pelas grandes empresas. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, Margarida Isabel de Matos Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, António Albino, Hélder Nunes, Armando Vítor Rodrigues Climas, Vítor Barata, Francisco Maria Brissos, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Fernando Gonçalves dos Santos, e um do eleito do BE, Senhor Francisco Roque. -----

Oito votos contra, sendo sete, dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, José Augusto Sabino Diogo, Miriam Barbosa Vicente, Sandra Maria Brás Coelho, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito e Fernando Augusto Pereira de Sousa, e um do senhor Jorge Pinela, eleito do PSD. -----

Uma abstenção, do senhor Nuno Braz, eleito do PSD. -----

O senhor José Cintrão, eleito do PS, não esteve presente na votação. -----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo senhor Alexandre Rosa, em representação do Grupo Municipal do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Votámos contra, embora nos associemos à saudação pelo aniversário da CGTP e, naturalmente, nada tenhamos contra o uso do direito de manifestação dos trabalhadores, mas porque discordamos profundamente dos fundamentos das congratulações e dos parabéns.” -----

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE FEIRAS NO MUNICÍPIO -----

O senhor Jorge Pinela sugeriu que fosse realizada uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, para debater a questão das feiras. -----

O senhor Presidente referiu que irá analisar a sugestão apresentada. -----

-----ORDEM DO DIA: -----

1. Expediente-----

Foi dado conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços da Assembleia Municipal desde a última Sessão Ordinária, em vinte de Junho de dois mil e oito, até vinte e três de Setembro de dois mil e oito, documento que é dado como reproduzido na presente acta, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

2. Actas.-----

O senhor Presidente colocou para discussão e aprovação a **acta número cinco**, da Sessão Ordinária de vinte de Junho de dois mil e oito, a qual foi **aprovada, por maioria**, com sete abstenções, cinco dos eleitos da CDU, senhores António Albino, Hélder Pereira Nunes, Vítor Barata, Albano Mestre e Francisco Brissos, e dois dos eleitos do PS, senhor José Diogo e senhora Miriam Vicente, por não terem estado presentes. -----

O senhor Presidente colocou em seguida para discussão e aprovação a **acta número seis**, da Sessão Extraordinária de dezoito de Julho de dois mil e oito, a qual foi **aprovada, por maioria, com cinco abstenções**, sendo três dos eleitos da CDU, senhores Igor Guerreiro, Albano Mestre e Francisco Brissos, e dois dos eleitos do PS, senhores Alexandre Rosa e José Diogo, por não terem estado presentes. -----

3. Regimento da Assembleia Municipal – Alteração. -----

Pelo senhor José Sucena, em representação da Comissão da Assembleia Municipal para alteração do Regimento, foi apresentada a seguinte proposta:-----

“PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM-----

ARTIGO 12º -----

Nº 1 – O actual com o seguinte acréscimo: **“podendo os trabalhos prolongarem-se por períodos suplementares de meia hora, desde que aprovados por uma maioria de dois terços dos presentes.**-----

Nº 2 – Substituir “feita a chamada” por **“verificada a inexistência de quórum”.**-----

ARTIGO 16º -----

- Retirar a palavra “eventualmente”. -----

ARTIGO 23º-----

Nº 2 – Substituir a expressão “qualquer membro da Assembleia” por **“qualquer dos proponentes”.**-----

ARTIGO 37º -----

Nº 3 – **Em caso de problema grave de saúde pessoal ou de familiar ou por razões imperiosas de carácter profissional, os membros da Assembleia podem pedir a palavra para expor a situação que os leva a ausentarem-se antes do fim dos trabalhos, ou do período suplementar, competindo ao Presidente aceitar as razões e justificar a falta, ficando ao seu critério ouvir a Assembleia.**-----

Nº 4 – **A ausência que decorra da situação prevista no número anterior, não terá qualquer das consequências previstas neste Regimento para os membros faltosos.** -

Nº 5 – **Não são considerados faltosos os membros da Assembleia que abandonem os trabalhos após o termo do primeiro período suplementar de meia hora.** -----

ARTIGO 40º-----

Nº 1 – Substituir por: **“as declarações de voto dos membros da Assembleia devem constar das actas das reuniões em que tiveram lugar”.** -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

4. Cuidados de Saúde no Município. -----

Interveio o senhor Francisco Roque que em representação da Comissão de Saúde da Assembleia Municipal, informou que reuniram, no dia dezanove do mês em curso, para fazer o ponto de situação sobre aquele assunto, com base na informação que têm recolhido e para uma troca de pontos de vista relativamente às questões a colocar a algumas entidades, a fim de avaliar as medidas previstas para alterar a situação dos Cuidados Primários de Saúde no Município nomeadamente, a questão do Agrupamento dos Centros de Saúde, a caducidade dos contratos de técnicos de saúde e a necessidade de reforço dos mesmos, os incentivos para a sua fixação no Município, a possibilidade do alargamento do horário dos centros de saúde e os cuidados de enfermagem a prestar, a preocupação de casos de tuberculose, no sentido de saber o número eventual de casos e se estará em curso um processo de rasteio, os condicionantes do espaço físico no Serviços de Urgência do Hospital do Litoral Alentejano, saber se estão previstos investimentos para alterar a situação, o acompanhamento dos utentes por familiares, e a possibilidade de uma unidade de obstetrícia. -----

Mais referiu que sobre o Serviço de Imagiologia a informação que obtiveram foi que o tipo de exames que estão a ser feitos em Lisboa, nunca foram feitos no Hospital do Litoral Alentejano. Acrescentou que esta situação que se traduz num incomodo

acrescido para os utentes e no subaproveitamento do equipamento existente naquele Hospital. -----

Interveio o senhor Alexandre Rosa para realçar a forma correcta como este assunto está a ser tratado, acrescentando que é preciso reflectir sobre as questões que se colocam. ----

O senhor Presidente referiu que a Comissão deve prosseguir com o seu trabalho no sentido da procura de soluções junto das entidades de saúde para resolução dos problemas que afectam os utentes. -----

5. Segurança Pública no Município. -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por informar que, lamentavelmente, não tinha dados sobre este assunto que traduzissem uma evolução positiva relativamente às preocupações colocadas na última Sessão da Assembleia Municipal, depois da reunião com o senhor Secretário de Estado da Administração Interna, onde foram tratadas questões relativas ao quartel da GNR, em Cercal do Alentejo e foi dada a informação de que, entre Julho e Setembro, os efectivos no Município seriam reforçados com estagiários e, em Setembro, seriam destacados novos elementos, de forma definitiva. Acrescentou que solicitou à Brigada Territorial número dois de Setúbal informação actualizada sobre este assunto para dar conhecimento à Assembleia e, a resposta que recebeu, na carta que passou a ler, nada adianta de concreto, referindo nomeadamente, que a GNR está em profunda reorganização e que terá em conta a preocupação dos autarcas relativamente à questão da falta de efectivos. -----

Mais referiu que a Câmara Municipal vai prosseguir com as diligências junto das entidades responsáveis, até que a situação seja resolvida. -----

O senhor Alberto de Brito informou que quando teve lugar a reunião com o senhor Secretário de Estado, a Freguesia de Ermidas Sado contava com seis efectivos da GNR, número que foi, posteriormente, reforçado com mais dois efectivos, ficando, mais tarde, reduzido a cinco efectivos.-----

Interveio o senhor Joaquim Gamito, referindo a sua preocupação pelo arrastar da situação sem que as respostas que chegam perspectivem a sua resolução, enquanto a insegurança aumenta, dando como exemplo os problemas existentes neste âmbito, em Alvalade, com tendência para se agravarem.-----

O senhor Francisco Roque referiu que começa a ter receio sobre a efectiva preocupação do Governo relativamente ao aumento do número de efectivos.-----

Acrescentou que, como o senhor Jorge Pinela referiu em reunião anterior, o problema está sobretudo no facto de não se actuar para resolver as causas que geram a insegurança, só o fazendo à posterior. -----

Mais referiu ter dúvidas, se a colocação de muitos efectivos na rua e uma série de intervenções pontuais que estão a ser feitas, é a resposta apropriada para resolver a situação de insegurança que se vive. -----

Interveio o senhor Alexandre Rosa, começando por referir que o problema da insegurança preocupa a todos, registando com agrado o discurso sereno que também está a ser feito sobre esta matéria, porque considera que não é por se gritar muito que se resolvem as situações. -----

Acrescentou que se trata de um problema complexo que se vive em todo o País, embora com diferentes graus de dificuldade em cada Município, sendo que em Santiago do Cacém a situação não é das mais graves, mas é necessário um acompanhamento da mesma no sentido de se ir resolvendo os problemas que surgem, e prosseguir com os contactos com o Governo para que sejam tomadas as medidas que se impõem. -----

Mais referiu que os problemas de segurança não se resolvem só com o reforço dos efectivos, dada a vastidão e complexidade dos mesmos.-----

O senhor José Sucena referiu que embora no Município de Santiago do Cacém não se tenham registado, até agora, problemas graves de ordem pública, se não for cumprido o compromisso assumido, de reforço dos efectivos, Santiago do Cacém pode também deixar de ser um Município seguro.-----

Lembrou ainda que o senhor 1º Ministro assumiu o compromisso de um reforço de dois mil agentes no País.-----

Mais referiu que, enquanto não for feita a fusão da GNR com a PSP, enquanto não se tirarem os agentes das secretarias para fazerem patrulhamento nas ruas, e enquanto não houver policiamento de proximidade, os problemas de segurança irão persistir.-----

Acrescentou ainda esperar que ninguém se venha a arrepender da lentidão na resolução deste problema.-----

O senhor Jorge Pinela considerou que os problemas de segurança resultam também de falhas na integração dos emigrantes na sociedade portuguesa, e de problemas de racismo que se tem manifestado nas situações em que as Câmaras Municipais alojam ciganos e africanos nos mesmos bairros.-----

Mais considerou que a Justiça Portuguesa é a pior de todas, porque protege os criminosos e penaliza as pessoas de bem, porque é mais fácil e custa menos dinheiro ao Estado.-----

Referiu ainda que a actual Lei das armas obriga as pessoas a ter as armas fechados nos armeiros e os cartuchos não podem estar junto às mesmas, facilitando assim o desempenho dos ladrões. Acrescentou que no caso das pessoas não cumprirem a lei, ficam sem a licença de uso e porte de arma.-----

Concluiu, referindo que as leis e a falta de justiça são os factores que mais contribuem negativamente para o actual estado da segurança no País, acrescentando que o problema não é só a falta de agentes, mas sobretudo a sua distribuição pelo País.-----

Interveio o senhor Joaquim Gamito, referindo, com alguma ironia, que depois da intervenção do senhor Alexandre Rosa sairá da sessão da Assembleia muito mais confiante.-----

O senhor Alexandre Rosa referiu que a questão da segurança é muita complexa e não tem a ver só com o número de efectivos ou com a facilidade no acesso às armas, o que até pode ser negativo. Assim como não tem certezas no que respeita à correcção das leis em vigor relativas a esta matéria, daí considerar que deve ser feita uma abordagem serena sobre o assunto, acrescentando que o mesmo não significa o deixar andar, mas sim, reflectir ponderadamente sobre o que se poderá fazer.-----

Mais referiu que é a exclusão social que muitas vezes está na origem dos problemas de segurança, questão que a todos deverá mobilizar.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o crime mais grave que aconteceu nos últimos anos no Município foi o assassinato de um jovem na Feira do Monte, acrescentando que acompanhou as diligências da Polícia Judiciária para encontrar os culpados daquele crime, tendo sido indiciadas duas pessoas que serão julgadas no final do ano em curso ou no primeiro trimestre do próximo ano. Mais informou que, a pedido dos pais do jovem, será testemunha abonatória naquele julgamento.-----

Informou ainda que, no Conselho Municipal de Segurança tem acompanhado todos os processos-crime no Município, lembrando o gang dos assaltos aos montes, cujo cabecilha foi condenado a quinze anos, o mesmo acontecendo a um assaltante, em Santo André, e ao responsável pela morte de um idoso, o qual foi rapidamente identificado. --

Referiu também que as preocupações no âmbito da Segurança não são só em relação aos centros urbanos de Santiago e de Santo André, mas também no referente ao interior do Município. Acrescentou que falta o patrulhamento de proximidade, o qual, está provado, que tem alguma eficácia em termos de dissuasão. -----

Acrescentou que esta matéria continuará a exigir o empenho de todos, no sentido serem reforçados os efectivos no Município e a tomada de outras medidas que se mostrem necessárias para garantir a tranquilidade das populações.-----

Mais considerou que os problemas que se tem verificado em alguns bairros sociais nos grandes centros urbanos, não resultam de questões raciais relativamente à emigração, facto que, em sua opinião, está a ser perigosamente empolado.-----

Acrescentou que existe outro tipo de criminalidade que não é tão visível e que também afecta as pessoas, bastando para tal um clique no computador. -----

6. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

--- a) Derrama para o ano de 2009; -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

“PROPOSTA: 1. Que seja lançada a Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), a cobrar no ano de 2009, que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica do Município, com vista ao reforço da capacidade financeira.-----

2. Que a presente proposta seja submetida à Assembleia Municipal, nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

FUNDAMENTOS: Nos termos da alínea b) do artigo 10 e do nº 1 e 2 do artigo 14 da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro e da alínea a) do nº 6 do artigo 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Alexandre Rosa, referindo que os elementos apresentados não indiciam uma redução da cobrança, pelo contrário, dado que a actividade empresarial não parou em Santiago do Cacém, como os mesmos sugerem, acrescentando que poderá é haver um problema de transferência. -----

O senhor Francisco Roque referiu que a discussão não pode ser sustentada com base numa informação relativa ao valor do lucro tributável de dois mil e oito, o qual só será apurado em dois mil e nove, pelo que, só nessa altura a Câmara Municipal saberá quanto é que vai receber.-----

Mais referiu que, no ano anterior, ficou de ser vista a possibilidade de virem a ser aplicadas taxas diferenciadas, o que não aconteceu. -----

O senhor Arnaldo Frade considerou que era importante que a Câmara Municipal desse um sinal positivo às pequenas empresas, com um volume de negócios até cento e cinquenta mil euros, isentando ou reduzindo o valor da taxa, à semelhança do que é praticado nalguns municípios.-----

O senhor José Sucena, referiu que é temerário fazer contas no escuro, acrescentando que a alteração à lei já levou à diminuição desta receita, quando era dez por cento sobre a colecta.-----

Acrescentou que não há condições para a diminuição da Derrama, tendo em conta a actual conjuntura económica, e que, talvez, no próximo ano, a mesma possa ser equacionada. -----

O senhor Jorge Pinela referiu que a actual lei não veio beneficiar as autarquias. Contudo, considerou que uma redução nos valores da Derrama poderia impulsionar o investimento, e que é viável para as autarquias a não aplicação dos limites máximos permitidos. -----

Interveio novamente o **senhor Francisco Roque**, referindo que só em Maio do próximo ano é que se saberá qual o lucro tributável, pelo que, só nessa altura, se poderá saber quais os efeitos da alteração à lei, acrescentando que, no seu entendimento, não serão grandes as variações. -----

Mais referiu que o incentivo fiscal às pequenas empresas é uma opção política, pelo que, **propôs que a Assembleia recomende à Câmara Municipal:** “Que sejam aplicadas taxas diferenciadas no Cálculo da Derrama, aplicando uma taxa de derrama inferior em 20% para as empresas de pequena dimensão e reduzida facturação, traduzindo-se este desagravamento de IRC num incentivo fiscal para as pequenas empresas.” -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual referiu que o valor da Derrama nunca foi impeditivo do investimento no Município, dando alguns exemplos dos empreendimentos que se verificaram nos últimos anos. Acrescentou que os investidores nunca questionaram o valor da Derrama, ao contrário do que acontece relativamente a outras cargas fiscais. -----

Sobre a redução do valor da Derrama e a aplicação de taxas diferenciadas, referiu que é uma questão a ponderar depois de analisados e avaliados os resultados da aplicação da Derrama relativamente ao ano em curso. -----

Interveio o senhor Alexandre Rosa, referindo que a carga fiscal aplicada pelos “outros”, como o senhor Presidente da Câmara Municipal argumentou, não impediu que a Repsol investisse milhões de euros. -----

Mais referiu que a Câmara Municipal deve assumir, de uma vez por todas, o que pode fazer pelo Município, em vez de continuar a questionar sobre o que o Estado pode fazer por Santiago do Cacém. -----

Acrescentou que no caso concreto da Derrama, a Câmara Municipal deixa tudo na mesma, quando podia dar um sinal, pequeno que fosse, de incentivo às pequenas empresas, através da aplicação da Derrama de forma diferenciada, e que, embora tenha toda a legitimidade para o fazer, terá que assumir a responsabilidade política desta sua opção. -----

Mais referiu que, embora possa ser politicamente ajustado, não é correcto que se exija ao Estado que baixe os impostos e quando as autarquias o podem fazer, não tomem essa medida. -----

O senhor Nuno Braz referiu concordar com o valor da Derrama em causa, considerando que o mesmo poderá ser revisto no futuro, depois de apurados os dados objectivos relativos à colecta de dois mil e oito. -----

Mais referiu discordar com o diferenciamento de taxas, pelo facto da sua aplicação não ter uma relação directa com a facturação das empresas. -----

O senhor José Sucena referiu que seria importante que o Governo dissesse, de uma vez por todas, o que pode fazer pelos Municípios. -----

Mais referiu estar disponível para voltar a discutir este assunto, se no dia quinze de Outubro, no âmbito da discussão do Orçamento de Estado para dois mil e nove, o Governo diminuir o IVA, o IRC e o IRS, no sentido da dinamização do tecido empresarial do País. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta do senhor Francisco Roque a votação, a qual foi rejeitada, por maioria**, com dezoito votos contra, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Sérgio Baptista

Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, Margarida Isabel de Matos Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, António Albino, Hélder Nunes, Armando Vítor Rodrigues Climas, Vítor Barata, Francisco Maria Brissos, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Fernando Gonçalves dos Santos, e um do eleito do PSD, senhor Nuno Braz. -----

Dez votos a favor, oito dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, José Adelino Cardoso Cintrão, José Augusto Sabino Diogo, Miriam Barbosa Vicente, Sandra Maria Brás Coelho, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito e Fernando Augusto Pereira de Sousa, um do eleito do BE, senhor Francisco Roque, e outro do eleito do PSD, senhor Jorge Pinela. -----

O senhor Presidente colocou em seguida a **proposta da Câmara Municipal** para votação, tendo a mesma sido **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, dos senhores Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, Margarida Isabel de Matos Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, António Albino, Hélder Nunes, Armando Vítor Rodrigues Climas, Vítor Barata, Francisco Maria Brissos, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Fernando Gonçalves dos Santos, eleitos da CDU, e do senhor Nuno Braz, eleito do PSD. -----

Dez votos contra, dos senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, José Adelino Cardoso Cintrão, José Augusto Sabino Diogo, Miriam Barbosa Vicente, Sandra Maria Brás Coelho, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito e Fernando Augusto Pereira de Sousa, eleitos do PS, do senhor Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, eleito do PSD e do senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, eleito do BE. -----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo senhor Arnaldo Frade foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Voto contra, na medida em que a legislação aplicável permite a existência de taxa reduzida até a um volume de negócios de cerca de cento e cinquenta mil euros, permite uma taxa de aplicação geral no máximo de um e meio por cento sobre o valor tributável, mas poderá ser inferior, e tendo em conta que a Câmara Municipal, em vez de dar um sinal positivo que iria no sentido de desagrevamento da carga fiscal, nomeadamente em relação às empresas com um volume de negócios mais reduzido, não o quis fazer, optando pela aplicação da taxa máxima.” -----
Esta declaração de voto foi subscrita por todos os eleitos do PS.”-----

DELIBERAÇÃO SOBRE O PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS-----

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, o senhor Presidente propôs o **prolongamento** dos trabalhos, **por mais trinta minutos**, de acordo com o previsto no Regimento. -----

A proposta foi aprovada, por unanimidade. -----

--- b) Fixação de Taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI);-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

“PROPOSTA: 1. Aprovar as seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I) a incidir sobre o valor patrimonial tributário, a vigorar em 2009: -----

- Para prédios urbanos – 0,7%-----

- Para prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI – 0,4%.-----

2. Que a presente proposta, seja submetida à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 alínea f) do artº 53 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

FUNDAMENTOS: De acordo com as alíneas b) e c) do nº 1 do artº 112º do código do Imposto Municipal sobre Imóveis publicado em anexo ao Decreto Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro e o disposto na alínea a) do nº 6 do artº 64 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, questionando sobre o número de prédios degradados e prédios devolutos no Município, tendo em conta que a legislação permite a redução das taxas no primeiro caso e o agravamento no segundo, considerando que seria de avaliar aquelas situações. -----

Acrescentou que outra possibilidade de redução das taxas, tem a ver com a desertificação, no sentido de incentivar a fixação das populações no interior do território, aspecto que não consta na proposta apresentada e que, na sua opinião, também devia ser equacionado. -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor presidente da Câmara Municipal que informou que, até ao final do ano em curso, será submetido à Assembleia Municipal um projecto de Regulamento Municipal de Taxas, o qual prevê o desagravamento de taxas em alguns caso e o agravamento noutros. -----

Interveio o **senhor Francisco Roque**, referindo que, no ano anterior, já tinha sido colocada a necessidade de haver um cadastro actualizado dos prédios devolutos, no sentido de virem a ser aplicadas taxas diferenciadas do IMI. -----

Apresentou em seguida a seguinte **proposta** relativa àquela matéria: “De forma a dinamizar a oferta habitacional nas zonas rurais bem como a desagravar o pesado encargo que as famílias têm com as suas habitações e para combater a existência de prédios devolutos urbanos, que sejam aplicadas as seguintes taxas diferenciadas no cálculo do IMI: -----

1. Prédios urbanos – 0.6 %; -----

- Com agravamento de 30% para prédios devolutos. -----

- Com uma bonificação de 20% para prédios urbanos nas freguesias rurais (excepto nos perímetros urbanos de Santiago do Cacém e Santo André). -----

2. Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0.4 % -----

- Com uma bonificação de 20% para prédios urbanos nas freguesias rurais (excepto nos perímetros urbanos de Santiago do Cacém e Santo André).”-----

Interveio o senhor Nuno Braz, referindo que lhe parece que a maioria dos prédios já terão sido reavaliados de acordo com base no Código do IMI, acrescentando que, se assim for, essa avaliação teve em conta a localização dos mesmos, pelo que, não fará sentido a aplicação de taxas diferenciadas. -----

O senhor Francisco Roque referiu que mesmo que tenha sido actualizado o valor dos prédios, esse facto não impede que a taxa do IMI seja reduzida, considerando que se trata de um sinal político de incentivo à fixação nas freguesias do interior.-----

O senhor Presidente colocou a **proposta do senhor Francisco Roque** a votação, a qual **foi rejeitada, por maioria**, com dezassete votos contra, sendo dezasseis dos eleitos da CDU, senhores Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, Margarida Isabel de Matos Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, António Albino, Hélder Nunes, Armando Vítor Rodrigues Climas, Vítor Barata, Francisco Maria Brissos, Pedro Miguel Candeias

Pereira Gamito, Fernando Gonçalves dos Santos, e um do eleito do PSD, senhor Nuno Braz.-----

Nove abstenções, oito dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, José Adelino Cardoso Cintrão, José Augusto Sabino Diogo, Miriam Barbosa Vicente, Sandra Maria Brás Coelho, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito e Fernando Augusto Pereira de Sousa, e um do senhor Jorge Pinela, eleito do PSD.-----

Um voto a favor, do eleito do BE, senhor Francisco Roque. -----

O senhor José Sucena, eleito da CDU, não esteve presente na votação. -----

O senhor Presidente colocou, em seguida, a votação a **proposta** da Câmara Municipal, tendo a mesma sido **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, dos senhores Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, Margarida Isabel de Matos Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, António Albino, Hélder Nunes, Armando Vítor Rodrigues Climas, Vítor Barata, Francisco Maria Brissos, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Fernando Gonçalves dos Santos, eleitos da CDU, e do senhor Fernando Pereira de Sousa, eleito do PS. -----

Dez abstenções, sete, dos senhores, Alexandre António Cantigas Rosa, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, José Adelino Cardoso Cintrão, José Augusto Sabino Diogo, Miriam Barbosa Vicente, Sandra Maria Brás Coelho e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, eleitos do PS, duas, dos senhores Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela e Nuno Braz, eleitos do PSD, e uma, do senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, eleito do BE. -----

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pelo senhor Arnaldo Frade foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Abstenho-me, porque considero positiva a não aplicação da taxa máxima quer aos prédios não avaliados quer aos prédios avaliados. No entanto, considero que havia a possibilidade de aplicação de taxas reduzidas relativamente à questão da desertificação, questão que não foi sequer trabalhada.” -----

Pelo senhor Francisco Roque foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Considero que era desejável e viável a aplicação de taxas diferenciadas, no entanto, registo positivamente a descida da taxa para zero vírgula quatro dos prédios urbanos avaliados.” -----

DELIBERAÇÃO SOBRE SEGUNDO PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS

Atingido que foi o limite de trinta minutos aprovado para o prolongamento dos trabalhos, o senhor Presidente propôs um **segundo prolongamento** dos trabalhos, **por mais trinta minutos**, de acordo com o previsto no Regimento. -----

A proposta foi aprovada, por unanimidade. -----

c) Participação variável no IRS – Fixação de percentagem; -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

“**PROPOSTA: 1.** Definir para o ano de 2009 a taxa de 5% para a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município.-----

2. Que a presente proposta seja submetida à Assembleia Municipal. -----

FUNDAMENTOS: De acordo com os nº s 1 e 2 do artigo 20 da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro e o disposto na alínea h) do nº 2 do artigo 53 e na alínea a) do nº 6 do artigo 64 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que também nesta proposta, relativamente às pessoas singulares, deveria haver um sinal no sentido da redução da carga fiscal. ----- Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, dos senhores Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, Margarida Isabel de Matos Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, António Albino, Hélder Nunes, Armando Vítor Rodrigues Climas, Vítor Barata, Francisco Maria Brissos, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Fernando Gonçalves dos Santos, eleitos da CDU, do senhor Nuno Braz, eleito do PSD, e do senhor Francisco Roque, eleito do BE. ----- Oito votos contra, dos senhores, Alexandre António Cantigas Rosa, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, José Adelino Cardoso Cintrão, José Augusto Sabino Diogo, Miriam Barbosa Vicente, Sandra Maria Brás Coelho e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito e Fernando Augusto Pereira de Sousa, eleitos do PS.----- O senhor Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, eleito do PSD, esteve ausente nesta votação.”-----

d) Projecto de Regulamento Municipal de Gestão dos Parques Empresariais do Município de Santiago do Cacém; -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: 1.** Aprovar o Projecto de Regulamento Municipal de Gestão dos Parques Empresariais do Município de Santiago do Cacém. *-----

FUNDAMENTOS: 1. Tendo sido publicado no Diário da República da 2ª Série de 28/07/2008 para efeitos de consulta Pública, e decorrido o prazo de apreciação pública, não foram apresentadas propostas de alteração; -----

2. Pretende-se com este Regulamento promover uma gestão integrada dos parques empresariais do município de Santiago do Cacém; -----

3. Este Regulamento visa, portanto, a substituição dos diversos normativos respeitantes aos vários parques, uniformizando as regras de gestão para o conjunto de parques empresariais municipais existentes; -----

4. Ao abrigo do artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, e no uso da competência prevista na alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe é dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

* Documento que será dado como reproduzido na acta com o número dezanove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. ----- Interveio o senhor Arnaldo Frade, considerando positivo que seja feita uma gestão integrada dos parques empresariais no Município. Contudo, acrescentou que o documento em apreço devia fixar os direitos e deveres das partes de uma forma mais equilibrada, considerando que existe alguma desigualdade em prejuízo dos munícipes, dando alguns exemplos. Pelo que, sugeriu que o articulado do documento fosse melhorado neste aspecto.-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou ao senhor Vereador Álvaro Beijinha, com a competência delegada nesta matéria, o qual começou por referir que não há documentos perfeitos e que os mesmos

sempre podem vir a ser aperfeiçoados, recordando também que o documento em apreço foi submetido a discussão pública. -----

Mais esclareceu que este documento visa a criação de regras de cedência de terrenos nos parques municipais e o controlo das obrigações inerentes por parte dos munícipes, para evitar situações irregulares. Acrescentou que quem quiser investir não terá problemas, mas quem quiser terreno para especular terá mais dificuldades para o fazer. -----

Referiu ainda que haverá uma questão ou outra de pormenor que poderá ser melhorada, mas que não seria positivo arrastar por mais tempo a actual situação. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, dezassete, dos senhores Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, Margarida Isabel de Matos Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, António Albino, Hélder Nunes, Armando Vítor Rodrigues Climas, Vítor Barata, Francisco Maria Brissos, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Fernando Gonçalves dos Santos, eleitos da CDU, e dois, dos senhores Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela e Nuno Braz, eleitos do PSD. --- Nove abstenções, oito, dos senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, José Adelino Cardoso Cintrão, José Augusto Sabino Diogo, Miriam Barbosa Vicente, Sandra Maria Brás Coelho e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito e Fernando Pereira de Sousa, eleito do PS, e uma do Senhor Francisco Roque, eleito do BE.” -----

DELIBERAÇÃO SOBRE TERCEIRO PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS

Atingido que foi o limite de trinta minutos aprovado para o segundo prolongamento dos trabalhos, o senhor Presidente propôs o **terceiro prolongamento** dos trabalhos **por mais trinta minutos**, de acordo com o previsto no Regimento. -----

A **proposta foi rejeitada, por maioria**, com quinze votos contra e treze votos a favor. -----

INTERRUPÇÃO DOS TRABALHOS-----

Rejeitada que foi a proposta de continuação dos trabalhos, o senhor Presidente interrompeu a Sessão, de acordo com o previsto no Regimento, informando que convocará nova reunião, em data a definir, para conclusão da Ordem do Dia. -----

Foi lida, em seguida, pelo senhor Primeiro Secretário, a relação em minuta das deliberações tomadas na presente reunião, a constar em acta.-----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, era uma hora do dia vinte e sete de Setembro de dois mil e oito. -----

Desta reunião se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ---

